

CONTRIBUIÇÕES DA AVALIAÇÃO PSICOLÓGICA COM ADOLESCENTES EM CONFLITO COM A LEI

Giovani Monteiro Chaves (giovanimonteiro73@hotmail.com)

Sandra Regina Monteiro Salles (sandrasalles@msn.com)

Pamela Staliano (pamelastaliano@hotmail.com)

A adolescência é uma das fases mais conturbadas do desenvolvimento humano, uma vez que constitui-se como um período em que o sujeito encontra-se em transição e formação da personalidade. Estudos apontam que existe uma alta prevalência de jovens em condição de vulnerabilidade socioeconômica no Brasil, o que tem contribuído para o aumento da incidência de casos de desvios de conduta e conflitos que os mesmos apresentam perante a lei. Esses fatores chamam a atenção da psicologia evocando os profissionais para atuarem dentro dos contextos jurídicos. Essa atuação acaba sendo feita por meio da avaliação psicológica e acompanhamento psicossocial, exigindo do psicólogo (a) postura ética e preparo profissional. Considerando o elevado número de adolescentes cumprindo medidas socioeducativas, interessa-se saber como a avaliação psicológica contribui para o encaminhamento destes adolescentes no cumprimento destas medidas. Para tanto, realizou-se um breve levantamento sobre a temática da avaliação psicológica com adolescentes em conflito com a lei, consultando os bancos de dados da CAPES, Scielo, Pepsic e Bireme. Utilizou-se dados de uma avaliação psicológica (utilização do procedimento do Desenho Família-Estória e entrevista) realizada com um adolescente, por uma técnica do Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul, da Comarca de Campo Grande, mestranda do Programa de Mestrado em Psicologia da UFGD. A partir do caso analisado, notou-se a importância da utilização de procedimentos e técnicas projetivas, bem como uma avaliação ampliada que abarcou questões econômicas, de dinâmica familiar e aspectos da personalidade. O uso do DF-E com o adolescente mostrou-se muito importante para a emergência dos conteúdos latentes e compreensão da relação familiar estabelecida, com a manifestação das potencialidades e queixas presentes. Conteúdos que não foram verbalizados nas entrevistas individuais foram projetados na execução e história dos desenhos. Acredita-se assim, que a partir de uma melhor compreensão dos casos de estupro de vulnerável perpetrados por adolescente, se possibilitará medidas socioeducativas mais condizentes à demanda desses jovens e desenvolvimento de projetos de intervenção mais eficazes, que evitem o estabelecimento de futuros ciclos de violência. Nesse sentido, percebeu-se a importância da avaliação psicológica no contexto jurídico, principalmente atuando em casos que envolvam crianças e adolescentes, atuação essa que deva respeitar o momento do desenvolvimento que eles se encontram e os diferentes contextos sociais em que estão inseridos.